



VIDAS BRASILEIRAS  
www.vidasbrasileiras.com

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS,  
DEPUTADO ARTHUR LIRA**

**AILTON KRENAK, CRISTINA SERRA, FABIO PORCHAT, FELIPE NETO, CHICO CÉSAR,  
HERMES FERNANDES, JULIA LEMMERTZ, JÚLIO LANCELLOTTI, LIGIA BAHIA, MARCELO  
GLEISER, XUXA MENEGHEL, RADUAN NASSAR, VANDERSON ROCHA, VERONICA  
BRASIL, WALTER CASAGRANDE**

todos cidadãos brasileiros, conforme certidões anexas, vinculados ao movimento Vidas Brasileiras, vêm, por seus advogados que também subscrevem essa denúncia e foram regularmente constituídos conforme procurações anexas, apresentar

### DENÚNCIA

em face do Presidente da República, Sr. JAIR MESSIAS BOLSONARO, tendo em vista a prática de crimes de responsabilidade, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública pelo prazo de oito anos.

#### **I – Os crimes de Responsabilidade do Presidente da República e a missão do Poder Legislativo**

Ao longo dos últimos 15 meses, desde os primeiros casos identificados de Covid-19 no Brasil, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro praticou um conjunto de atos ilícitos que **configuram crimes de responsabilidade e embasam a presente denúncia.**

1 – O Presidente **disseminou informações falsas** com relação aos riscos da pandemia provocada pelo novo coronavírus, divulgou e incentivou a adoção de



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

“tratamento precoce” consistente no uso de medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento da Covid-19, fez afirmações inverídicas acerca da segurança e importância das vacinas. **Ao faltar com a verdade e desinformar a população, o Presidente da República contribuiu para agravar a crise sanitária e econômica e violou, portanto, o direito de todos à informação verdadeira, bem como o direito fundamental dos cidadãos à saúde, o que configura crime de responsabilidade na forma do no artigo 7º, 9, da Lei nº 1.079/1950;**

2 – O Presidente da República **desautorizou a aquisição de imunizantes, questionou a segurança de vacinas, atrasando o processo de vacinação da população.** O posicionamento do Presidente gerou reflexos na política do Governo que não empenhou esforços na aquisição, o mais rápido possível, de imunizantes, ferindo o direito fundamental à saúde de todos os brasileiros. O Presidente, assim, mais uma vez, incorreu no crime de responsabilidade previsto no artigo 7º, 9, da Lei nº 1.079/1950;

3 – Em suas declarações, o Presidente da República **violou o decoro e a dignidade de seu cargo e afrontou a honra e a dignidade nacionais,** praticando, dessa forma, o crime de responsabilidade tipificado no artigo 9º, 7, da Lei nº 1.079/1950;

4 – O Presidente da República, em inúmeras ocasiões, **descumpriu normas legais e regulamentares ao provocar aglomerações, nelas permanecer sem máscara e estimular pessoas a também não utilizarem a proteção facial em espaços públicos, colocando em perigo a sua saúde e a de terceiros e incentivando a população a também adotar comportamento antijurídico e de risco.** O descumprimento de normas vigentes pela autoridade maior da República configura crime de responsabilidade, na forma do artigo 8º, 7, da Lei nº 1.079/1950;

5 – Por fim, o Presidente da República **determinou a produção, por laboratório do Exército, de hidroxicloroquina.** O medicamento com perigosos efeitos



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

colaterais, cujo uso no tratamento de Covid-19 não é autorizado pela ANVISA, como já se sabe por força de diversos estudos científicos, **é ineficaz no tratamento da doença**. A determinação do Presidente viola, pois, os princípios constitucionais da eficiência e da moralidade administrativas, gerando dano ao erário e constituindo a prática do crime de responsabilidade consagrado no artigo 9º, 4, da Lei 1.079/1950.

As infrações político-administrativas acima elencadas violam a Constituição e a lei em qualquer contexto. Na atual conjuntura, em que o Brasil e o mundo são afetados por uma crise sanitária e econômica sem precedentes, as consequências dos atos do Chefe do Poder Executivo e Chefe de Estado se tornam ainda mais graves.

O país não consegue respirar. Pacientes morrem sufocados em leitos de hospitais. **Juntamente com os doentes que morrem desamparados, nossa ordem constitucional, os direitos que ela garante e os fundamentos da nossa democracia também** sufocam.

A pandemia desvela desigualdades sociais e econômicas e afeta mais fortemente grupos étnicos e pessoas que vivem em regime de confinamento. O país que deveria se orgulhar de sua diversidade e assegurar proteção a todos se vê diante de uma ameaça que incide de maneira desigual e perversa sobre grupos distintos.

Os povos indígenas do Brasil, que totalizam mais de 800 mil pessoas, distribuídas em mais de 300 sociedades culturalmente distintas, têm sido gravemente afetados pela Covid-19. A doença já chegou a 165 povos indígenas em todo o país em consequência de erros e omissões do governo no enfrentamento à pandemia. Lideranças tradicionais das aldeias têm morrido em virtude da demora ou precariedade de assistência médica.

Os órgãos federais encarregados das ações de proteção e saúde das populações indígenas têm sido sistematicamente enfraquecidos, como é o caso da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e da SESAI (Secretaria Especial da Saúde Indígena). Os dois órgãos não têm qualquer plano de ação emergencial para a proteção das famílias indígenas,



sejam as aldeadas ou aquelas que vivem em área urbana. O atraso na vacinação contribui para o agravamento da crise.

**Os mais de 419 mil brasileiros mortos** já não podem ser salvos, nem podem ser reparados os danos sofridos por seus familiares e amigos. Nossa ordem jurídica e os valores que a embasam, contudo, ainda podem ser restaurados. **Cabe a esta Câmara dos Deputados, no exercício de sua missão constitucional, autorizar que o Presidente da República seja processado e responsabilizado por seus atos ilícitos. Cabe a esta Casa Legislativa impedir que, no exercício do cargo, o Presidente siga praticando crimes de responsabilidade que colocam em risco a vida e a saúde dos cidadãos.** O Poder Legislativo é criador e guardião do direito, logo, competente para agir quando a lei é violada e o voluntarismo e o arbítrio pretendem se impor. Nunca a atuação do Legislativo foi tão importante. Ela é, hoje, o único meio de proteger o futuro dos brasileiros, de restaurar a ordem jurídica e de conceder reparadora justiça aos que já não podem ser salvos.

**Pretendem, assim, os denunciantes pelos fundamentos de fato e de direito esmiuçados a seguir, que seja autorizada a abertura de procedimento de impeachment em face do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.**

## **II – O contexto de calamidade pública e a atuação do Presidente da República**

O atual Presidente da República, diante da maior crise sanitária e econômica dos últimos 100 anos, mostrou-se incapaz de formular plano estratégico de enfrentamento da crise, bem como **adotou comportamentos que agravaram a situação de calamidade, colocando em risco a saúde e a vida dos cidadãos.**

A disseminação do novo coronavírus gerou uma crise sanitária em escala mundial, exigindo das lideranças de diversos países a formulação de estratégias para a proteção de sua população. No Brasil, a situação de calamidade pública foi reconhecida pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.



O reconhecimento formal da situação de emergência pelo Poder Legislativo tem dois efeitos: i) a declaração de um contexto de crise, de modo que esta não pode mais ser negada ou alegadamente desconhecida por agentes políticos; ii) a instituição de um regime jurídico fiscal e orçamentário especial, na forma do artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que concede aos governos de todas as esferas da federação meios juridicamente válidos para adoção de ações fiscais e orçamentárias voltadas para o enfrentamento da crise.

Assim, podia o Governo, para fins de enfrentamento da emergência sanitária e econômica, deixar de cumprir prazos, limites de empenho e metas fiscais, nos termos do artigo 65 da LRF.

Além disso, em decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6357, o Supremo Tribunal Federal afastou as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal de demonstração de adequação orçamentária para todos os gastos públicos e contratações voltadas ao combate à Covid-19. As licitações e contratações voltadas para o enfrentamento da pandemia foram facilitadas pela Lei Federal nº 14.065/2020. Foi também editada a Lei Federal nº 13.979/2020, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”. A lei, em seu artigo 3º, prevê que, desde que de forma temporária e com amparo em evidências científicas, as autoridades públicas poderão adotar as seguintes medidas: isolamento, quarentena, determinação de realização compulsória de exames, vacinação e outras medidas profiláticas.

Foi ainda aprovada a Emenda Constitucional nº 106/2020, que instituiu um “orçamento de guerra”, isto é, um orçamento especial para enfrentamento da pandemia, bem como foram editadas quase 30 medidas provisórias<sup>1</sup> que autorizaram a

---

<sup>1</sup> Dentre outras, foram editadas as Medidas Provisórias nº 924, 929, 935, 937, 939, 940, 941, 942, 943, 947, 949, 953, 956, 957, 962, 963, 965, 967, 969, 970, 972, 976, 977, 978, 985 e 988, todas de 2020.



abertura de créditos extraordinários e a realocação de recursos para o enfrentamento da crise sanitária e econômica.

Está claro, então, que o Presidente da República, enquanto Chefe de Estado e da Administração Pública Federal, tinha condições jurídicas e orçamentárias, bem como o apoio dos Poderes Judiciário e Legislativo que, dentro de suas competências, tomaram as medidas e decisões cabíveis para o enfrentamento da crise sanitária.

O que assistimos, todavia, foi a ausência de formulação de uma estratégia nacional minimamente eficaz de enfrentamento da crise sanitária e uma completa falta de planejamento refletida na baixa execução orçamentária dos recursos disponíveis e no desperdício de grande parte dos recursos que foram utilizados.

A ausência de planejamento e formulação estratégica foi constatada pelo Tribunal de Contas da União. A área técnica da Corte de Contas, em seu terceiro relatório de acompanhamento (DOC-01), apontou o seguinte:

(...) Importa destacar que a baixa ou alta execução orçamentária e financeira, por si só, não é parâmetro suficiente para avaliar a eficiência ou a eficácia da condução da política de enfrentamento à atual crise de saúde pelo Ministério da Saúde, pois, há, na realidade, **uma questão anterior e talvez mais importante que diz respeito ao desconhecimento da estratégia e do planejamento das ações de enfrentamento da crise no âmbito da pasta ministerial.** (...) O orçamento deve expressar e materializar um planejamento e a ele deve estar associado. Esse planejamento deve detalhar o caminho a ser percorrido para o alcance de um objetivo. No presente caso, o orçamento do Ministério da Saúde previsto e detalhado na ação 21C0 deveria refletir a estratégia adotada pela pasta para o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. O conhecimento de tal estratégia e dos respectivos planos deveria evidenciar o que o Ministério pretendia realizar e adquirir, como fazê-lo, quando e por quanto. (...) A SecexSaúde está acompanhando as ações do Ministério da Saúde desde o mês de março de 2020 e, até o momento, não conseguiu acesso a planos ou documentos afins que identifiquem e formalizem de forma clara a estratégia de enfrentamento à crise e sua operacionalização. (...) Em tese, as medidas provisórias que abriram os créditos extraordinários da referida ação 21C0 poderiam fornecer informações acerca da referida estratégia e das ações a serem executadas com os correspondentes custos estimados, servindo de critério para a atividade de controle. Ocorre que as exposições de motivos das MPs em questão apresentam um alto nível de



agregação e generalidade das informações que não possibilitam a sua utilização como critério adequado de comparação. Seria desejável o desdobramento das ações e o seu detalhamento.

(...)

Admite-se que, em um primeiro momento, o cenário era de imprevisibilidade, o que impossibilitava a definição cirúrgica das ações a serem implementadas. No entanto, assim como foi possível definir o orçamento, atualmente no valor de R\$ 43,74 bilhões, era de se esperar uma definição dos objetivos e ações em nível macro correspondentes ao valor alocado e, com uma maior assimilação do cenário, o detalhamento das atividades ou dos projetos a serem desenvolvidos. (...).

Este terceiro ciclo de acompanhamento das ações do Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas no combate à pandemia causada pelo novo coronavírus constatou a **deficiência do planejamento das ações da pasta no tocante ao tema.** (Grifos nossos)

A baixa execução orçamentária no enfrentamento da crise econômica e de saúde pelo Governo Federal, bem como a falta de estratégia e planejamento no emprego dos recursos disponíveis, foi demonstrada também por Notas Técnicas elaboradas pelos seguintes médicos e pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Artur Monte Cardoso, Danielle Costa, Elza Laurentino de Carvalho, Jose Sestelo, Leonardo Mattos, Ligia Bahia, Lucas Andrietta, Marina Magalhães, Mario Scheffer e Paulo Marcos Senra, que analisaram a aplicação de recursos no combate à Covid-19 (DOC-2).

Afirmaram os pesquisadores na Nota Técnica que:

**Até julho não havia sido apresentado um plano efetivo de resposta nacional abrangente e fundamentado, que envolvesse parâmetros de diagnóstico, planejamento e gestão da resposta hospitalar em cada ente federativo e no país como um todo.** Faltava um plano que considerasse o setor público e privado, com visão sistêmica sobre a área da saúde, com estimativas de necessidades sobre a pandemia, fontes de informações confiáveis e atualizadas, além de parâmetros para organização do acesso e expansão da rede.

As ações do MS e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) se mostraram pouco articuladas entre si e com os demais entes federativos – muitas fracassaram ou foram implementadas de forma extemporânea. O foco se deu no financiamento direto dos demais entes federativos e de



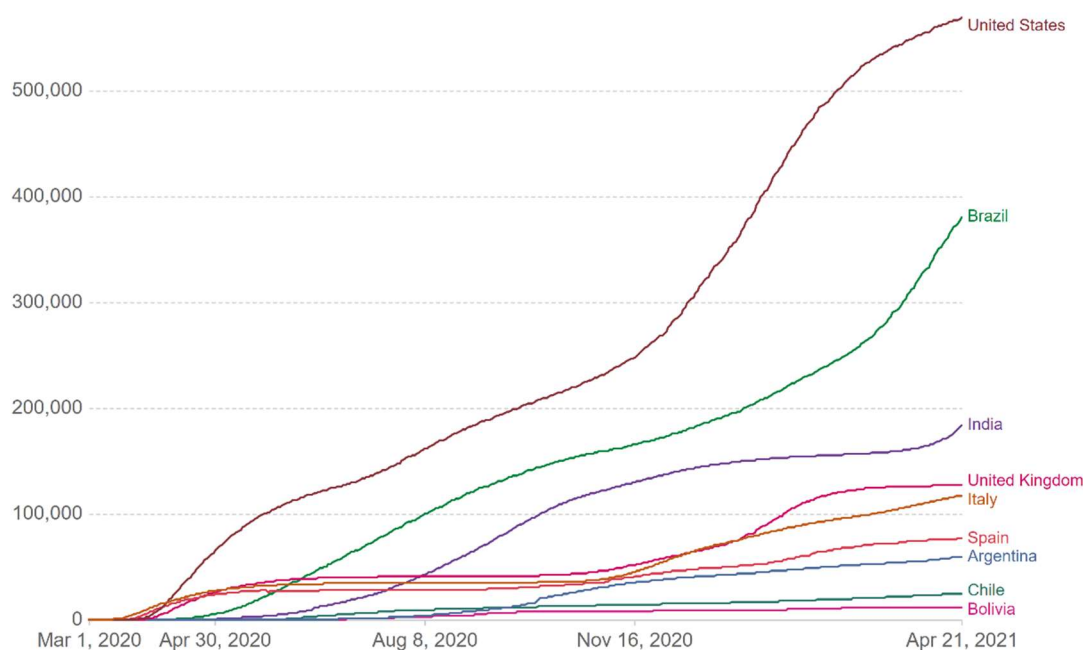
estabelecimentos públicos e privados, sem o cuidado com a organização do acesso e da oferta, ou com a definição de parâmetros e estratégias para orientar a resposta em estados e municípios.

Além disso, **houve silêncio e ausência do poder público em questões sensíveis, como a utilização de leitos privados e o papel dos leitos clínicos na resposta à pandemia.** De modo geral, ficou a cargo de cada secretaria estadual e municipal de saúde elaborar as principais políticas, estratégias e ações concretas relativas a expansão e organização da assistência hospitalar. Isto resultou numa resposta nacional fragmentada e heterogênea, pouco cooperativa, sem planejamento sistêmico orientado e conduzido pelo MS, que seria capaz de operacionalizar o que foi proposto em linhas vagas pelo plano de contingência. (Grifos nossos)

O Brasil apresenta um dos piores resultados mundiais no enfrentamento da pandemia, como demonstra o gráfico a seguir que indica em diferentes países o número acumulado de mortes em casos confirmados de Covid-19 de acordo com dados da Universidade John Hopkins atualizados até 21 de abril de 2021:

### Cumulative confirmed COVID-19 deaths

Limited testing and challenges in the attribution of the cause of death means that the number of confirmed deaths may not be an accurate count of the true number of deaths from COVID-19.



Source: Johns Hopkins University CSSE COVID-19 Data

CC BY





VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

Especificamente com relação à atuação do Presidente Jair Messias Bolsonaro, Relatório da *Human Rights Watch*, divulgado em 13 de janeiro de 2021 (DOC-3), constata que as ações do Presidente Jair Bolsonaro prejudicaram as medidas voltadas à contenção da disseminação do vírus. De acordo com o relatório:

**O presidente Bolsonaro minimizou a Covid-19, a qual chamou de “gripezinha”; recusou-se a adotar medidas para proteger a si mesmo e as pessoas ao seu redor; disseminou informações equivocadas; e tentou impedir os governos estaduais de imporem medidas de distanciamento social. Seu governo tentou restringir a publicação de dados sobre a Covid-19. Ele demitiu seu ministro da saúde por defender as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e seu substituto deixou o cargo no ministério em razão da defesa do presidente de um medicamento sem eficácia comprovada para tratar a Covid-19.**

Em julho, o presidente Bolsonaro vetou um artigo de um projeto de lei exigindo o uso de máscaras em unidades prisionais e centros socioeducativos, mas o Supremo Tribunal Federal concluiu que o veto não atendeu ao trâmite processual e restabeleceu o artigo da lei. A corte também ressaltou a “precariedade estrutural” das políticas de saúde nas unidades prisionais e socioeducativas em sua decisão. (Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/countrychapters/377397#12ffb1>. Acesso em: 13/01/2021). (Grifos nossos)

São ainda mais contundentes as conclusões de pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a ONG Conectas divulgadas no Boletim Direitos na Pandemia (DOC-4) que mencionam uma verdadeira estratégia institucional de propagação do vírus promovida do Governo, liderada pelo Presidente da República:

Ao longo do ano de 2020, coletamos as normas federais e estaduais relativas à Covid-19 com o intuito de estudá-las e avaliar o seu impacto sobre os direitos humanos, buscando contribuir com a prevenção ou a minimização de efeitos negativos. **No âmbito federal, mais do que a ausência de um enfoque de direitos, já constatada, o que nossa pesquisa revelou é a existência de uma estratégia institucional de propagação do**



**vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República.**  
(Grifos nossos)

Mais recentemente, estudo publicado na prestigiosa Revista *Science* estabeleceu a relação entre a gravidade da pandemia no Brasil e as omissões e ações temerárias do Governo Federal. De acordo com o estudo assinado por Marcia C. Castro e colegas (DOC-5),

(...) no Brasil, a resposta federal tem sido uma combinação perigosa de inação e irregularidades, incluindo a promoção da cloroquina como tratamento, apesar da falta de evidências. Sem uma estratégia nacional coordenada, as respostas locais variaram em forma, intensidade, duração e horários de início e fim, até certo ponto associadas a alinhamentos políticos.

Embora a propagação inicial tenha sido determinada pelas desigualdades socioeconômicas existentes, a falta de uma resposta coordenada, eficaz e equitativa provavelmente alimentou a propagação espacial generalizada do SARS-CoV-2.

Esse é, então, o quadro de caos que se instalou no país e que levou o Brasil, até data em que esta petição foi concluída, 08 de maio de 2021, a marca de mais de 419.000 mortos por Covid-19.

O Presidente da República **adotou posturas pessoais que colaboraram diretamente para o agravamento da crise** e que, de uma perspectiva jurídica, configuram os **crimes de responsabilidade** elencados na introdução desta denúncia.

**III – Palavras importam: as declarações do Presidente da República e seus efeitos sobre o comportamento da população**



## 1. Declarações do Presidente da República que minimizaram os riscos da pandemia e omissão de informações relevantes para proteção da saúde da população.

Em inúmeras declarações insensíveis, grosseiras e mentirosas, o Presidente Bolsonaro minimizou os riscos da pandemia e incentivou a população a “enfrentar” o vírus. Essas declarações foram filmadas, registradas e amplamente divulgadas por inúmeros veículos de imprensa (DOC-6).

Destacamos algumas falas do Presidente da República que, como veremos, colaboraram para o agravamento da crise sanitária:

Tem a questão do coronavírus também que, **no meu entender, está superdimensionado**, o poder destruidor desse vírus. (9 de março de 2020)

Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou **resfriadinho**, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão (24 de março de 2020)

Foi surpreendente o que aconteceu na rua até com esse superdimensionamento. Que vai ter problema vai ter, quem é idoso, (quem) está com problema, (quem tem) alguma deficiência, mas não é tudo isso que dizem. **Até que a China já praticamente está acabando** (16 de março de 2020)

O que é que se dá atenção? Morreu de coronavírus. É que o coronavírus chegou por último e aquela pessoa já bastante debilitada. Agora tem que se levar em conta como um todo do que aquela pessoa faleceu. **Se fosse outra gripe qualquer, poderia ter falecido também.** (17 de março de 2020)

**Não se surpreenda se você me vir, nos próximos dias, entrando no metrô lotado**, em São Paulo, entrando numa barça, na travessia Rio-Niterói, em horário de pico, ou dentro de um ônibus em Belo Horizonte. Isso, longe de demagogia ou populismo. (19 de março de 2020)

**Dizem que 60% dos brasileiros foram ou serão infectados, e a partir desse momento poderemos dizer que estamos livres do vírus, tendo em vista esse percentual grande de pessoas que conseguiram os anticorpos.** A mensagem é cuidar dos idosos, que têm comorbidades, e as demais pessoas não precisam se apavorar (16 de abril de 2020)

**Estou cometendo um crime. Vou fazer um churrasco no sábado aqui em casa.** Vamos bater um papo, quem sabe uma ‘peladinha’, alguns ministros, alguns servidores mais humildes que estão do meu lado (7 de maio de 2020)



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

**Tá todo mundo convidado aqui. 800 pessoas no churrasco.** Tem mais um pessoal de Águas Lindas, serão 900 pessoas confirmadas. Tem mais um pessoal de Taguatinga. Vai estar todo mundo aqui amanhã? **1.300 pessoas no churrasco.** (8 de maio de 2020)

A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo. (3 de junho de 2020)

**Tem dados que chegam, que a população reclama, que a pessoa tinha uma série de problemas, entrou em óbito. Não tinha contraído o vírus e aparece 'Covid-19'. São dezenas de casos por dia que chegam nesse sentido.** Tem um ganho político dos caras, só pode ser isso, aproveitando as pessoas que falecem para ter ganho político e culpar o governo federal. (11 de junho de 2020)

Falavam que tinha que fazer o isolamento para que os hospitais tivessem UTI e respiradores. **Posso estar equivocado, mas pelas informações que temos, ninguém perdeu a vida por falta de respiradores.** (11 de junho de 2020)

Então houve uma neurose no tocante a isso daí. Ninguém disse que ninguém ia morrer por causa do coronavírus. Tanto ia como está morrendo, infelizmente. **Agora alguns acham que tinha como diminuir o número de óbitos. Diminuir como?** (17 de julho de 2020)

Isso não tem nada a ver. **A questão da pandemia não existe como evitar**, a não ser ficar isolado em um canto aí. Fora isso, quem está vivendo em sociedade, mais cedo ou mais tarde vai pegar. **Não tem como evitar morte no tocante a isso.** No Brasil, ninguém morreu, pelo que eu tenho conhecimento, por falta de atendimento médico. Todos os recursos o governo passou para estados e municípios. (23 de julho de 2020)

**O lockdown matou duas pessoas para cada três de Covid no Reino Unido.** No Brasil, mesmo ainda sem dados oficiais, os números não seriam muito diferentes. (9 de agosto de 2020)

**Abaixo de 40 anos, quase ninguém contrai (o coronavírus).** Ou se contrai, é assintomático. Para que esse pavor todo? A vida tem que continuar. Eu não errei nenhuma (medida no combate à pandemia). Quando eu zerei o imposto da vitamina D, vocês me criticaram. (28 de dezembro de 2020).

Não adianta fugir disso, fugir da realidade. **Tem que deixar de ser um país de maricas.** Olha que prato cheio para a imprensa. Prato cheio para a urubuzada que está ali atrás. **Temos que enfrentar de peito aberto, lutar. Que geração é essa nossa?** (10 de novembro de 2020)

Nós temos que enfrentar nossos problemas. **Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?** Temos que enfrentar os problemas. Respeitar, obviamente, os mais idosos, aqueles que têm doenças, comorbidades. Mas onde vai parar o Brasil se só pararmos? (4 de março de 2020)



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

Começou a cair o número de mortes por covid porque eles têm medo que eu consiga uma investigação na frente e vão ver lá que **muito óbito foi colocado 'suspeita de covid' para exatamente inflar números e pressionar a população contra o nosso governo.** (20 de abril de 2021)

Declarações com conteúdo indecoroso e mentiroso proferidas pelo Presidente da República foram frequentes. Essas falas afrontam a dignidade nacional, prejudicam a imagem do país no exterior e, mais importante, contribuem para o agravamento da crise sanitária.

As falas elencadas acima **violam o decoro do cargo** de Presidente da República. O Presidente Bolsonaro, com efeito, chega mesmo a **ofender a nação** que governa ao se referir ao Brasil como “um país de maricas”.

Ademais, são informações **sabidamente falsas**, sem qualquer amparo em dados científicos ou mesmo em dados de qualquer fonte.

**A atuação do Presidente mina a eficácia de políticas públicas de enfrentamento à pandemia.** O Presidente se opõe aos esforços dos governos estaduais e municipais para tentar conter o avanço do novo coronavírus. O Chefe do Executivo e Chefe de Estado, ademais, incentiva os cidadãos a, seguindo o exemplo e acreditando no ocupante do mais alto cargo político nacional, adotarem comportamentos de risco em detrimento da sua saúde e da saúde de terceiros.

Em seu livro sobre o enfrentamento da pandemia de Covid-19, o Ex-Ministro da Saúde Dr. Luiz Henrique Mandetta relata como a mensagem transmitida pelo Presidente à população ia de encontro às orientações do próprio Ministério da Saúde. Nas palavras do Ex-Ministro:

Foi a partir daquele domingo, dia 15, que duas mensagens começaram a circular juntas, **uma se contrapondo à outra. O Ministério da Saúde indicava um caminho, e o presidente enviava uma mensagem no sentido oposto, a de não respeitar as orientações do seu próprio ministério.** Antes já havia essa resistência, mas não era pública. Para se ter uma ideia do clima de tensão entre o Bolsonaro e o meu ministério, o presidente não deixou que publicássemos recomendações sobre sepultamentos no caso de transmissão sustentada do



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

novo coronavírus numa cidade. Segundo ele, o tema era mórbido demais. (MANDETTA, Luiz Henrique. *Um paciente chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020, Edição do Kindle, p. 85). (Grifos nossos)

Ainda sobre as declarações do Presidente, afirma o Dr. Luiz Henrique Mandetta que o Presidente agiu por convicção pessoal e sem o apoio do corpo técnico de seu Governo:

O ponto alto foi a afirmação de que, devido ao seu histórico de atleta, caso fosse contaminado “nada sentiria”, ou seria apenas acometido por uma “gripezinha” ou “resfriadinho”, diminuindo assim a gravidade de uma pandemia que estava chegando com força ao Brasil.

Essa fala foi uma resposta direta ao médico Drauzio Varella, que, num vídeo publicado no dia anterior, dizia que “aquelas pessoas que, no dia de hoje, ainda dizem que não passa de uma gripezinha, isso é uma alienação total em relação a tudo o que está acontecendo no mundo. Muita gente tem perdido a vida”.

**Foi espantoso. Bolsonaro falou tudo aquilo em rede nacional sem ter sido assessorado por nenhum de seus ministros, nem dos militares, nem da Casa Civil, por ninguém do Ministério da Saúde, nenhum técnico que conhecesse a doença. Ele fez aquele discurso se baseando apenas nas opiniões dos filhos e de seu entorno.** (MANDETTA, Luiz Henrique. *Um paciente chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020, Edição do Kindle, p. 118). (Grifos nossos)

Estudo realizado por Nicolás Ajzenman, da Escola de Economia da FGV-SP, Tiago Cavalcanti, da Universidade de Cambridge e da Escola de Economia da FGV-SP, e Daniel Da Mata, da Escola da economia da FGV-SP (DOC-10), que envolveu a avaliação de dados de geolocalização de telefones celulares, dados de transações presenciais com uso de cartão de crédito e dados eleitorais, concluiu que, **após falas do Presidente minimizando a pandemia, os índices de isolamento social em localidades em que Jair Bolsonaro tem muitos apoiadores diminuíram drasticamente.**

O estudo ainda demonstrou que essa diminuição não foi aleatória. **As declarações do Presidente tiveram impacto direto nas ações de parte significativa da população, incentivando comportamentos de risco e prejudicando a eficácia e o sucesso de políticas públicas de combate à crise sanitária e à expansão do novo coronavírus.**



Afirma-se na conclusão do referido estudo que:

Nesse artigo, nós focamos no Brasil, um país onde **o Presidente divulgou publicamente uma mensagem contrária ao isolamento**. Esse cenário é adequado para exploração do efeito das palavras e ações de uma liderança política de destaque no comportamento de seus seguidores. **Utilizando um índice diário municipal de isolamento social e com base na localização de aparelhos celulares, nós encontramos um forte efeito persuasivo do chefe de estado em localidades onde ele tem uma maioria de apoiadores. Nós documentamos um significativo decréscimo do distanciamento social em localidades pró-governo logo em seguida dos eventos mais visíveis do presidente contra as ações e políticas de isolamento social.** (“More than Words: Leaders’ Speech and Risky Behavior During a Pandemic”. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3582908>. Acesso em: 12/01/2021. Tradução nossa). (Grifos nossos)

A importância de medidas preventivas, como uso de máscara e isolamento social, foi reiterada pela Organização Mundial de Saúde e por diversos especialistas brasileiros (DOC-7). Assim, tendo em vista que as declarações do presidente contribuíram diretamente para a adoção pela população de comportamentos arriscados e reduziram a eficácia de políticas públicas e medidas implementadas por Estados Municípios e pelo próprio Ministério da Saúde, **essas mesmas declarações podem ter dado causa ao aumento no número de contaminados e mortos por Covid-19 no Brasil.**

Da perspectiva do Estado de Direito, o Presidente, ao **dolosamente** disseminar informações falsas, viola nossa ordem constitucional que tem como um de seus fundamentos os princípios da publicidade e da transparência dos atos públicos. Desses princípios, ressalte-se, decorre o dever das autoridades públicas de informar a população e, portanto, de dizer a verdade. Em outras palavras, **pratica ato ilícito o Presidente que engana à população em detrimento do bem-estar, da saúde e da vida dos cidadãos.**

Sobre a verdade como valor constitucional, afirma o jurista alemão Peter Häberle:



(...) a verdade é uma “forma de equidade” e também, certamente, o entendimento de que existem condições culturais de verdade. O Estado Constitucional é uma tal condição devido as suas três liberdades culturais: arte, ciência e religião. (*Os problemas da verdade no estado constitucional*. São Paulo: Sérgio Fabris, 2000, p. 37)

Sobre o dever do Estado de informar, afirma Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho:

Não é suficiente que o Estado consagre e garanta a livre informação, porque a liberdade de informar não obriga a nada além de um dever de abstenção, consistente em não impedir que ela flua desembargadamente. A convocação do Estado Liberal em um Estado Social exige uma retomada de posição em face à liberdade de informação e um redimensionamento de sua expressão na sociedade. (*Liberdade de Informação e o Direito Difuso à Informação Verdadeira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 82)

Decorre do princípio constitucional da publicidade o **dever do Presidente da República de dizer a verdade**, que ele conscientemente descumpriu reiteradas vezes ao longo de seu mandato.

Importante ressaltar que **o Presidente adota o mesmo comportamento desde o surgimento dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil até os dias de hoje, apresentando a consistente e consciente intenção de prejudicar e tornar ineficazes medidas de saúde pública que têm o objetivo de proteger a saúde da população.**

No atual contexto de crise sanitária, o direito de todos à informação verdadeira precisa ser protegido com maior afinco. O cidadão desinformado fica impossibilitado de fazer escolhas racionais e adotar comportamentos adequados para proteção da sua saúde e de terceiros. Assim, a violação ao princípio da publicidade e ao dever constitucional de verdade se refletem em danos ao direito à vida e à saúde dos brasileiros e brasileiras.

## **2. Divulgação de informações falsas sobre vacinas**





VIDAS BRASILEIRAS  
www.vidasbrasileiras.com

O atraso do Brasil na organização e concretização de um plano nacional de vacinação, bem como na aquisição de vacina e outros insumos à imunização da população, é notório. O Governo, além disso, atrasou a compra de seringas por entender que o preço estava elevado. Apostou na vacina a ser produzida pela Fiocruz em parceria com o laboratório AstraZeneca e **nem mesmo a aquisição de vacinas prontas e de insumos dessa vacina foi garantida com antecedência**, o que coloca a viabilização do plano nacional de imunização em risco.

É do conhecimento de todos, acrescente-se, que o Presidente Jair Bolsonaro afirmou que não tomaria a vacina, que o Governo não compraria a vacina chinesa e lançou dúvidas sobre possíveis efeitos colaterais da Coronavac. Após o agravamento da crise, o Presidente passou a defender a vacinação em suas redes e a divulgar a atuação do Governo Federal na vacinação, mas todos lembramos o quanto Bolsonaro desincentivou e criticou a vacinação e que o Governo não respondeu às oferta de vacinas do Instituto Butantan e de farmacêuticas estrangeiras, atrasando a aquisição de vacinas (DOC-8)

Vejamos publicações do Presidente sobre vacinas e aquisição de seringas em redes sociais:

**Jair M. Bolsonaro** 11 mil Tweets [Seguir](#)

2,9 mil 1,9 mil 11,2 mil

**Jair M. Bolsonaro** @jairbolsonaro · 21 de out de 2020  
- Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem.  
- Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina.  
11,5 mil 14,2 mil 53,9 mil

[Mostrar esta sequência](#)

**Jair M. Bolsonaro** @jairbolsonaro · 21 de out de 2020  
A VACINA CHINESA DE JOÃO DORIA  
- Para o meu Governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA.  
- O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM. (continua).  
54,7 mil 51,1 mil 90,3 mil



VIDAS BRASILEIRAS  
www.vidasbrasileiras.com



**Jair M. Bolsonaro** ✓ @jairbolsonaro · 24 de out de 2020

- Boa noite a todos.
- Vacina obrigatória só aqui no Faísca.



16,8 mil 14,4 mil 83 mil



**Jair Messias Bolsonaro** ✓

6 de janeiro às 07:53 · 🌐

- O Brasil consome 300 milhões de seringas por ano. Também somos um dos maiores fabricantes desse material.
- Como houve interesse do [Ministério da Saúde](#) em adquirir seringas para seu estoque regulador, os preços dispararam e o MS suspendeu a compra até que os preços voltem à normalidade.
- Estados e municípios têm estoques de seringas para o início das vacinações, já que a quantidade de vacinas num primeiro momento não é grande.
- Por volta de 44 países estão vacinando, contudo a Pfizer vendeu para muitos desses, apenas 10.000 doses. Daí a falácia da mídia como se estivessem vacinando toda a população.
- Na tabela abaixo, o percentual de vacinados em alguns países até a data de 04/janeiro/2021:
  - China..... 0,31%
  - Rússia..... 0,55%
  - Reino Unido.. 1,39%
  - EUA ..... 1,28%
  - Canadá..... 0,30%
  - Itália..... 0,19%
  - Chile..... 0,05%
  - México..... 0,02%
  - Alemanha..... 0,00%



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

Vejamos, ainda, algumas declarações públicas do Chefe do Poder Executivo Federal disseminando mentiras em detrimento das vacinas (DOC-9):

**Houve uma distorção por parte do João Doria no tocante ao que ele falou. Ele tem um protocolo de intenções, já mandei cancelar se ele [Pazuello] assinou. Já mandei cancelar.** O presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade. Até porque estaria comprando uma vacina que ninguém está interessado por ela, a não ser nós. (20 de outubro de 2020)

**Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Dória queria obrigar a todos os paulistanos tomá-la.** Mais uma que Jair Bolsonaro ganha. (10 de novembro de 2020)

**Da China nós não compraremos [vacina]. É decisão minha.** Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população pela sua origem. Esse é o pensamento nosso. (21 de outubro 2020)

Como cidadão é uma coisa e como presidente é outra. Mas como nunca fugi da verdade, digo: **não vou tomar a vacina.** Se alguém acha que minha vida está em risco, o problema é meu e ponto final. (15 de dezembro de 2020)

**Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles (Pfizer) não têm nada a ver isso.** E, o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas. (17 de dezembro de 2020)

A segurança das vacinas em distribuição e circulação no mundo já foi aferida. A falta de efeitos adversos graves é parte do início do protocolo de ensaios clínicos. Portanto, as falas do Presidente revelam não só completo desconhecimento sobre as etapas básicas da testagem de uma vacina, mas também **uma vontade consciente de criar medo na população, com o objetivo de desincentivá-la a tomar as vacinas que serão disponibilizadas pelo próprio Governo Federal, via Plano Nacional de Imunizações.**

Importante lembrar que a adesão da população é essencial para o sucesso de um programa de vacinação. Tanto isso é verdade que o Plano Nacional de Vacinação, desenvolvido pelo próprio Governo Federal, **mas não assinado pelo Presidente Bolsonaro**, prevê, dentre suas ações, campanha publicitária de conscientização das pessoas acerca da importância da vacinação.



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

Nas imagens a seguir, destacamos trechos do Plano Nacional de Vacinação:

#### Campanha Publicitária fase 1

O Ministério da Saúde está tomando todas as medidas para garantir sua segurança. E agora está bem perto da vacina chegar até você.

#### Mote:

- Mensagem principal: Vacinação - Brasil imunizado, somos uma só nação!

#### Palavras chaves:

- "VACINA SEGURA - É o Governo Federal cuidando dos brasileiros."
- "SUS – Saúde com responsabilidade social. "
- "A VACINA é um direito seu. CUIDAR de você é DEVER nosso! Ministério da Saúde, Governo Federal. "

#### Campanha Publicitária fase 2

Compreende a etapa de vacinação da população. Terá como conteúdo os comandos e as informações sobre a vacinação em todo o território nacional, levando em conta as fases e seus respectivos públicos e o calendário.

Descentralizar a comunicação utilizando atores e personagens regionais com credibilidade, colocando a informação na língua e sotaques culturais de cada região, fazendo assim uma comunicação mais próxima com cada povo.

O Presidente da República, indo na contramão do plano do seu próprio Governo cria dúvidas sobre a importância e eficácia da vacinação. **Também com relação às vacinas, o Presidente da República divulgou informações falsas, promoveu desentendimento e desinformou a população, atuando como agente agravador da crise.**

**O Chefe do Poder Executivo Federal, desse modo, agiu contra o interesse nacional e em violação aos princípios da moralidade, da verdade constitucional, da proteção à saúde, da proteção à vida e da proteção à dignidade da pessoa humana.**

#### IV – A desestruturação do Ministério da Saúde



Compete ao Presidente da República exercer a direção superior da Administração Pública Federal, implementando, com o auxílio de seus Ministros, políticas públicas. Para tanto, cabe ao Chefe do Poder Executivo Federal a nomeação e exoneração de Ministros de Estado.

O que assistimos, nos meses da maior crise sanitária da história recente, foi a **desestruturação do Ministério da Saúde**. Basta dizer que, ao longo da pandemia, o Brasil teve quatro diferentes Ministros da Saúde. Os dois primeiros, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, deixaram o cargo em razão de discordâncias diretas com o Presidente da República, o que só demonstra que Jair Bolsonaro, de fato, dirigiu as ações do Ministério durante a crise, afastando os Ministros que a ele se opunham.

Após a saída do Ministro Nelson Teich, **durante três meses e meio, o Brasil sequer tinha Ministro da Saúde nomeado para o cargo**, que foi exercido interinamente pelo General Eduardo Pazzuello até sua nomeação definitiva para o Ministério. Em 2021, o General Pazzuello foi substituído por Marcelo Queiroga.

A desestruturação e má gestão do Ministério da Saúde, portanto, não podem ser desvinculadas das ações e da direção dada à pasta pelo Presidente da República.

O resultado da falta de planejamento, da ausência de empenho do Governo no combate à pandemia e das deficiências de gestão no Ministério da Saúde foi particularmente sentido na tragédia ocorrida no estado do Amazonas. O sistema de saúde do Estado entrou em colapso e pacientes morreram asfixiados por falta de oxigênio (DOC-10). A mesma situação de horror se estendeu posteriormente ao Pará (DOC-11).

Embora avisado com antecedência da possibilidade de colapso, o Ministério da Saúde agiu com negligência e lentidão. A chegada tardia de tanques de oxigênio demonstrou que existia disponibilidade do insumo; o que faltou foi organização do Ministério da Saúde no transporte dos cilindros.



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

O Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas e o Ministério Público do Estado Amazonas propuseram medida cautelar de ação civil pública em face da União, em que demonstram que a responsabilidade pelo transporte de oxigênio era, conforme acordo prévio, do Governo Federal (DOC-12).

#### **V – Atraso na aquisição de vacinas e implementação do plano de vacinação**

O resultado da postura do Presidente da República foi o atraso na aquisição de vacinas. Enquanto outros países firmaram contratos com fornecedores ainda nas fases finais de estudos das vacinas, o Governo Federal Brasileiro investiu exclusivamente no acordo celebrado entre a Fiocruz e Oxford/AstraZeneca, demorando a firmar acordo para aquisição e distribuição de vacinas com o Instituto Butantan, resistindo a investir na “vacina chinesa” e, ainda, deixou responder a ofertas de farmacêuticas que desenvolviam imunizantes. Ao fim e ao cabo, os contratos com essas farmacêuticas foram celebrados, mas o Brasil ficou atrás de muitos outros países e sofre com o atraso e a demora no recebimento de vacinas (DOC-13).

A produção nacional de vacinas também foi prejudicada pela má gestão do Governo Federal e pela má atuação do Governo nas relações com países fornecedores de insumos, o que atrasou ainda mais a imunização da população (DOC-14).

Após o atraso e lentidão no início da vacinação o Brasil viveu a pior fase da pandemia, atingindo o inimaginável número de mais de quatro mil mortes reportadas em intervalos de 24hs. Tragédia que poderia ter sido mitigada se a vacinação tivesse sido iniciada mais cedo e, sobretudo, se o Presidente tivesse incentivado e não atrapalhado a implementação de um plano de vacinação.

#### **VI - Divulgação de informações falsas acerca de “tratamento precoce” para Covid-19 e determinação de produção de hidroxiquina**



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

Apesar de não existir qualquer comprovação científica de que medicamentos disponíveis no mercado sejam eficazes para impedir complicações e casos graves de Covid-19, o Presidente da República – e o Ministério da Saúde por este comandado – **investiram recursos humanos e financeiros da promoção de tratamentos sem efetividade comprovada, como a cloroquina e a hidroxicloroquina.**

Importante ressaltar que a defesa da adoção e promoção do chamado “tratamento precoce” foi uma cruzada pessoal do Presidente da República que, nesse esforço, contrariou até mesmo Ministros da Saúde e técnicos do seu Governo.

De acordo com a imprensa e com declarações dos dois ex-Ministros (DOC-15), conflitos em torno do uso do remédio foram uma das causas da saída dos Ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. **Lembremos que a troca de Ministros da Saúde ocorreu em um momento gravíssimo da crise sanitária e que, durante três meses e meio, o país sequer teve um Ministro da Saúde regularmente nomeado, tendo, neste período, o General Pazuello atuado como Ministro interino.**

O Secretário de Ciência e Tecnologia também foi, mais tarde, exonerado por discordar da mudança no protocolo do Ministério da Saúde para uso de cloroquina, o que demonstra a cruzada pessoal do Presidente no sentido de impor o uso do medicamento.

Alinhado com o Presidente da República, o último ex-Ministro da Saúde, General Pazuello, alterou o protocolo do seu Ministério para recomendar a administração da substância em casos leves de Covid-19 e chegou a criar aplicativo que instrui médicos a prescreverem cloroquina, hidroxicloroquina e outros remédios sem eficácia comprovada. O aplicativo do Ministério da Saúde, depois de inúmeras críticas e denúncias, muitas delas feitas por profissionais de saúde, foi retirado do ar (DOC-16).

Recentemente, com o agravamento da situação de internações em hospitais do Amazonas, **o ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello foi pessoalmente a Manaus. Uma das suas agendas era pressionar as autoridades de saúde e profissionais locais a**





VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

**adotarem esses “tratamentos precoces” contra a Covid-19, promovendo o uso de substâncias ineficazes, enquanto a população morria asfixiada por falta de oxigênio nos hospitais. (DOC-17).**

O Presidente da República divulgou e segue repetindo em seus pronunciamentos e postagens em redes sociais informações, até a data de hoje, desprovidas de qualquer respaldo científico, acerca dos efeitos positivos da existência de “tratamento precoce” para Covid-19 que envolveria o uso de hidroxicloroquina, cloroquina e outros medicamentos.

Reproduzimos aqui apenas algumas dessas declarações (DOC-18):

**Eu sou a prova viva que deu certo. Muitos médicos defendem esse tratamento, e sabemos que mais de 100 mil pessoas morreram no Brasil que, caso tivesse sido tratado lá atrás com esse medicamento, poderiam essas vidas terem sido evitadas. (13 de agosto de 2020)**

**Deus foi tão abençoado que nos deu a hidroxicloroquina para quem se acometer da doença. Quem não acreditou engula agora. Eu não sou médico, mas sou ousado, como o cabra da peste nordestino. Nós temos que buscar uma solução para os nossos problemas, e ela apareceu. (1º de outubro de 2020)**

Em suas redes sociais – Instagram, Facebook e Twitter – o Presidente dissemina informações mentirosas acerca da existência e eficácia de tratamento para complicações de saúde provocadas pelo novo coronavírus, como demonstram as imagens abaixo:





VIDAS BRASILEIRAS  
www.vidasbrasileiras.com



**Jair M. Bolsonaro** @jairbolsonaro · 5 de jan

\*- TABELA DA OMS DE 04/JAN/2021.\*

\*- Nota-se a baixíssima taxa de óbitos por Covid em países africanos (no Brasil são 923/milhão/hab em 03/jan/21).\*

\*- No Programa, a distribuição em massa da IVERMECTINA pode ser a responsável pela baixa mortalidade da Covid-19 nesses países.\*

**CIFRAS DE INCIDÊNCIA DE COVID-19 (04/01/21)  
EM PAÍSES SELECIONADOS DA ÁFRICA SUBSAARIANA**

País	População	Casos	Óbitos	Casos/pop.* (por milhão)	Óbit./pop.** (por milhão)	Óbit./casos*** (percentual)
Angola	31.825.295	17.608	407	553	12,8	2,3%
Cameroon	25.876.380	26.848	448	1.038	17,3	1,7%
Congo (RDC)	86.790.567	17.848	591	206	6,8	3,3%
Etiópia	112.078.730	125.049	1.944	1.115	17,3	1,6%
Moçambique	29.496.004	18.968	168	643	5,7	0,9%
Nigéria	200.963.599	89.163	1.302	443	6,5	1,5%
Quênia	52.573.973	96.678	1.685	1.839	32,1	1,7%
Rep Centro Afric.	4.745.185	4.963	63	1.046	13,2	1,3%

4.4 mil 7.5 mil 25.9 mil



**Jair M. Bolsonaro**

11 mil Tweets

Seguir



**Jair M. Bolsonaro** @jairbolsonaro · 19 de nov de 2020

- Aos primeiros sintomas procure um médico e inicie o tratamento precoce.  
- Não espere sentir falta de ar para tomar essa decisão de PROCURAR UM MÉDICO e iniciar o TRATAMENTO PRECOCE.  
- O Brasil é um dos países que tem o maior número de recuperados da COVID-19.

**Quero dizer aos trabalhadores do campo: graças a vocês, que não pararam, nós da cidade continuamos sobrevivendo. Se o 'fique em casa' fosse aplicado no campo, teríamos desabastecimento, fome, miséria e problemas sociais**



**Presidente Jair Bolsonaro,**  
em cerimônia de entrega de títulos de

2,5 mil 7 mil 33,1 mil



VIDAS BRASILEIRAS  
www.vidasbrasileiras.com



**A mentira das afirmações do Presidente sobre substâncias milagrosas é fácil de mostrar.** Os maiores estudos já feitos com hidroxiclороquina demonstram sua ineficácia no tratamento da Covid-19. Ao contrário, um estudo feito por dezenas de pesquisadores no mundo e publicado na prestigiosa revista *Nature* demonstra que, na verdade, o uso da hidroxiclороquina está associado com um risco de mortalidade **maior** por Covid-19. Seu uso pode ter sido responsável por dezenas de milhares de mortes mundo afora (DOC. 19) que não aconteceriam se a substância não tivesse sido administrada.

Conforme recentemente declarado pela Diretoria Colegiada da ANVISA, com respaldo na área técnica da Agência, não existe “tratamento precoce” contra a Covid-19. Esse foi, inclusive, um dos motivos que fundamentaram a concessão autorização emergencial para vacinas, algo que nunca havia sido feito antes no país.



Desse modo, o Chefe do Executivo e Chefe de Estado **cria a ilusão de que existe uma solução fácil para os perigos e danos gerados pela pandemia e desestimula seus apoiadores a seguirem medidas sanitárias eficazes como o isolamento social e o uso de máscaras.**

A verdade é que nunca houve preocupação com a eficácia dos medicamentos, a estratégia era fornecer um remédio como solução para que as pessoas voltassem a trabalhar, mesmo que, para tanto, muitas dessas pessoas fossem morrer.

Sobre a adoção da cloroquina como pretensa solução para a emergência de saúde e sobre a atuação do Presidente da República na escolha desta estratégia, esclarece o Dr. Luiz Henrique Mandetta em seu livro sobre a sua gestão no Ministério da Saúde durante a pandemia:

Eu não podia fazer nada. Ele queria no seu entorno pessoas que dissessem aquilo que ele queria escutar. E o que ele queria escutar era que a cloroquina era a salvação. **Vamos dar esse remédio e pronto, está resolvido, era o que ele achava. Nunca na cabeça dele houve a preocupação de propor a cloroquina como um caminho de saúde. A preocupação dele era sempre “vamos dar esse remédio porque com essa caixinha de cloroquina na mão os trabalhadores voltarão à ativa, voltarão a produzir”.**

(...)

Para Bolsonaro a solução sempre foi simples: **o projeto dele para o combate à pandemia é dizer que o governo tem o remédio e quem tomar o remédio vai ficar bem. Só vai morrer quem já ia morrer de qualquer maneira.** (MANDETTA, Luiz Henrique. *Um paciente chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020. Edição do Kindle, p. 132-133). (Grifos nossos)

O Presidente, além de promover o uso de medicamentos ineficazes, determinou **pessoalmente o aumento de produção de hidroxicloroquina pelo laboratório do Exército.** De acordo com declarações do Presidente (DOC-17), o aumento da produção de hidroxicloroquina foi determinado por ele, em reunião com o Ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva, ocorrida no dia 20 de março de 2021.



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

A determinação do Presidente da República foi proferida **um dia depois de a ANVISA, em 19/03/2020, ter editado nota informando que, a despeito da existência de estudos em andamento, não existia comprovação da eficácia ou autorização da Agência para uso do medicamento no tratamento de Covid-19.**

Após a ordem proferida pelo Presidente da República, o Exército transferiu recursos do Departamento Geral de Pessoal para o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército que produziu o medicamento em quantidade 25 vezes maior do que o normalmente produzido. A operação é investigada pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público Federal (DOC-20). O deslocamento de recursos e engajamento do Laboratório do Exército na produção de cloroquina após ordem expressa e pessoal do Presidente da República, demonstram que a produção e distribuição de insumo ineficaz e danoso à saúde é uma política de Estado promovida pessoalmente pelo Chefe do poder Executivo Federal.

Ainda em março de 2020, quando o Presidente Bolsonaro determinou a ampliação da produção de hidroxicloroquina, a **Organização Mundial de Saúde divulgou amplamente posição no sentido de que não existia eficácia comprovada do medicamento** e que ainda seria necessário percorrer longo caminho de estudos antes que se pudesse determinar efeitos positivos do remédio em pacientes com complicações decorrentes da Covid-19. Em julho de 2020, diferentes estudos já demonstravam a ineficácia do medicamento no tratamento de Covid-19 (DOC-21). Os estudos promovidos pela Organização Mundial de Saúde foram retomados até que a completa ineficácia da hidroxicloroquina no combate ao novo coronavírus foi demonstrada (DOC-22)

A ordem do Presidente, determinando que fossem empregados recursos públicos da aquisição e produção de medicamentos ineficazes e de que fossem dispensados, pelo SUS, **medicamento para usos não autorizados pela ANVISA, fere o artigo 19-T da Lei Federal nº 8.080/1990:**

Art. 19-T. São vedados, em todas as esferas de gestão do SUS:



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

I - o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

II - a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, sem registro na Anvisa.

Tanto é assim que área técnica do Tribunal de Contas da União constatou que o investimento de recursos públicos na produção e aquisição de cloroquina foi ilegal, como bem demonstra o seguinte trecho de despacho do Ministro Benjamin Zymler (DOC-23):

Desta feita, como não houve manifestação da Anvisa acerca da possibilidade de se utilizar os medicamentos à base de cloroquina para tratamento da Covid-19 e tampouco dos órgãos internacionais antes mencionados, **verifica-se não haver amparo legal para a utilização de recursos do SUS para o fornecimento desses medicamentos com essa finalidade.**

Grande parte dessa produção ilegal e excessiva sequer foi utilizada e muitos comprimidos permanecem encalhados (DOC-24).

Importante ressaltar que o Presidente agiu de forma dolosa, sabendo que a eficácia do medicamento não tinha sido comprovada. Apesar de alertado deste fato pela Organização Mundial de Saúde e por mais de um Ministro da Saúde, o Presidente determinou, pessoalmente, a ampliação da produção do remédio pelo laboratório do Exército.

O Presidente Bolsonaro, ademais, **continua defendendo o uso do medicamento** (DOC-25), mesmo depois de todos os estudos científicos demonstrarem sua ineficácia e os riscos de sua administração para os pacientes.

Em 26/03/2021, o Presidente afirmou sobre a cloroquina que “esse remédio começou a ser produzido no Brasil? Ele começou a ser usado no Brasil quando eu nasci, em 1955. Medicado corretamente, não tem efeito colateral, (DOC-26).



VIDAS BRASILEIRAS  
www.vidasbrasileiras.com

**Ao destinar recursos para produção, aquisição de promoção de medicamentos sem eficácia comprovada no combate ao novo coronavírus, o Presidente, agindo intencionalmente, causou dano ao erário, praticou ato de improbidade administrativa e, conseqüentemente, crime de responsabilidade.**

#### **VII – Não uso de máscara e promoção de aglomerações pelo Presidente da República**

Se é verdade que no início da pandemia de Covid-19 a necessidade e eficácia do uso de máscaras foi tema controverso, desde julho de 2020 a Organização Mundial de Saúde recomenda o uso de máscaras como forma de prevenção da Covid-19.

Nesse sentido, podemos destacar o seguinte trecho de reportagem da Agência Reuters (DOC-27):

Pessoas que moram em áreas nas quais a Covid-19 está se disseminando deveriam usar máscaras sempre em lojas, ambientes de trabalho e escolas que não têm ventilação adequada, disse a Organização Mundial da Saúde (OMS) nesta quarta-feira.

Se não puderem manter distância física de ao menos um metro, as pessoas nestes locais fechados —inclusive crianças e alunos de 12 anos ou mais — também deveriam usar máscaras mesmo que os espaços sejam bem ventilados, disse a entidade em um endurecimento das diretrizes. Elas também deveriam usar máscaras do lado de fora se não for possível manter o distanciamento físico, acrescentou.

A porta-voz da OMS, Margaret Harris, disse que as recomendações estão entre as maiores mudanças em sua orientação sobre o uso de máscaras e os conselhos atualizados desde junho. "Se em locais fechados, a menos que a ventilação tenha sido avaliada como adequada, a OMS aconselha o público geral a usar máscaras não cirúrgicas, independentemente de se poder manter um distanciamento físico de ao menos um metro", disse a OMS, que ainda aconselhou o "uso universal de máscaras" em todas as instalações de saúde, inclusive em áreas comuns, como cafeterias e salas de funcionários. (Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/12/02/oms-endurece-diretrizes-de-uso-de-mascaras-em-areas-com-covid-19.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 13/01/2021)



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

Seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde e de especialistas brasileiros, foram editadas no Brasil normas que determinam o uso obrigatório de máscara.

No Estado de São Paulo, foi editado o Decreto nº 64.959 de 4 de maio de 2020 (DOC-28), que determina uso obrigatório de máscara em espaços públicos até o final da quarentena, lembrando-se que a quarentena, decretada em março de 2020, vem sendo estendida por atos do Governador do Estado. No Distrito Federal, foi editado o Decreto nº 40.831 de 26 de maio de 2020 (DOC-29).

Esses atos infralegais encontram respaldo na Lei Federal nº 13.979/2020, que, após alteração promovida pela Lei Federal nº 14.019/2020, passou a prever, em seu artigo 3º-A, que as autoridades de saúde podem, para enfrentamento da pandemia, determinar o uso obrigatório de máscara individual.

**Em clara, explícita e pública violação às normas sanitárias vigentes, o Presidente Jair Bolsonaro, por repetidas vezes, permaneceu sem máscara em espaços públicos, aglomerando-se com seus apoiadores e incentivando que eles também não fizessem uso do equipamento de proteção individual.** A imprensa reportou a presença do Presidente Bolsonaro em espaços públicos sem máscara e provocando aglomerações inúmeras vezes. A título de exemplo, destacamos eventos ocorridos em 30 de dezembro de 2020 no litoral do Estado de São Paulo, em 1º de janeiro de 2021 ainda no litoral do Estado de São Paulo, em 10 de janeiro de 2021 no Distrito Federal, em 17 de outubro de 2020 no Estado de São Paulo, em 7 de setembro de 2020 no Distrito Federal, em 11 de outubro no Estado de São Paulo.

**O próprio Presidente Bolsonaro, em suas redes sociais, divulgou com orgulho a sua circulação em meio a aglomerações, estimulando a população a aderir ao mesmo comportamento de risco.** Basta ver a imagem abaixo publicada no perfil do Presidente no Facebook:





VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)



Mais recentemente, em 26 de fevereiro de 2021, o Presidente provocou aglomerações em visita ao Ceará e, em um dos momentos de maior alta no número de mortes por Covid-19 no Brasil, em 17 de abril de 2021, Presidente Bolsonaro, sem máscara provocou aglomerações em Goiás (DOC-30)

Como para adicionar insulto à injúria, **alguns desses atos tinham como objetivo promover a subversão da ordem constitucional, com elogios a páginas tristes da História do Brasil (como o AI-5) e chamamentos a fechar Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.** Alguns desses atos, inclusive, estão sob investigação do Supremo Tribunal Federal no Inquérito 4.828 e parecem ter sido promovidos por parlamentares e outras pessoas ligadas ao Presidente e à sua família.

## **VIII – Direito à saúde e dever do Estado e responsabilidade do Presidente da República**

A saúde é tema abordado em quase todos os capítulos da Constituição Federal, de modo que o direito fundamental à saúde é princípio constitucional basilar, radicado no princípio da dignidade da pessoa humana. Enquanto direito fundamental, o direito à saúde comporta uma dimensão subjetiva, consistente no direito dos cidadãos de exigir do Estado prestações referentes à sua saúde e uma dimensão objetiva, formada pelas





obrigações do Estado e de todos os Poderes da República de não agir em prejuízo da saúde dos cidadãos e pelo dever positivo de agir para garantir o direito à saúde por meio de políticas públicas de saúde e outras ações pontuais. Mais do que isso, o direito fundamental à saúde tem natureza jurídica de direito social, de modo que ele só é respeitado, só se realiza, se o Estado atuar de forma positiva e ativa na promoção de uma política eficaz e eficiente de saúde.

O direito fundamental à saúde e o dever do Estado de promover políticas públicas de saúde estão plasmados em diversas disposições constitucionais. Assim, determina o artigo 6º da Constituição Federal que a saúde é um direito social, nos seguintes termos: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Com maior especificidade, o artigo 196 da Constituição da República determina de forma expressa que a saúde é direito de todos e que a promoção de política pública de saúde é um dever do Estado. Estabelece o artigo 196 da Carta Maior que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Cuidar da saúde é competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do artigo 23, II, da Constituição de 1988. Em nossa ordem constitucional, ademais, a atuação dos entes federados no cuidado com a saúde deve sempre ser informada por princípios de cooperação e auxílio mútuo.

Sobre o direito à saúde e o dever de agir das autoridades públicas, destacamos trecho da decisão do Ministro Relator Alexandre de Moraes na ADPF 162:

O direito à vida e à saúde aparecem como consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da República



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

Federativa do Brasil. Nesse sentido, a Constituição Federal consagrou, nos artigos 196 e 197, a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantindo sua universalidade e igualdade no acesso às ações e serviços de saúde. No presente momento, existe uma ameaça séria, iminente e incontestável ao funcionamento de todas as políticas públicas que visam a proteger a vida, saúde e bem-estar da população.

(...)

A gravidade da emergência causada pela pandemia do coronavírus (Covid-19) exige das autoridades brasileiras, em todos os níveis de governo, a efetivação concreta da proteção à saúde pública, com a adoção de todas as medidas possíveis e tecnicamente sustentáveis para o apoio e manutenção das atividades do Sistema Único de Saúde.

(...)

Em respeito à Separação de Poderes, ao Presidente da República, como força motriz na condução do Estado nos regimes presidencialistas, compete à chefia da administração pública federal no planejamento e na execução de políticas públicas de âmbito nacional, visando a atenuação dos efeitos sociais e econômicos da pandemia.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin, em seu voto na ADI 6341, apontou o dever do Governo Federal de proteger a saúde de todos, afirmando o seguinte:

Uma terceira premissa que assento neste voto, Senhor Presidente, é que o pior erro na formulação das políticas públicas é a omissão, sobretudo a omissão em relação às ações essenciais exigidas pelo art. 23 da Constituição Federal.

É grave do ponto de vista constitucional, quer sob o manto de competência exclusiva ou privativa, que sejam premiadas as inações do Governo Federal, impedindo que Estados e Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, implementem as políticas públicas essenciais.

No mesmo voto, o Ministro Luiz Edson Fachin destaca, ainda, o dever jurídico de o Governo Federal adotar, como parâmetros mínimos de proteção, aqueles adotados pela Organização Mundial de Saúde, podendo ampliá-los, se necessário. Nas palavras do Ministro do STF:



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

(...) a necessidade de situar-se em parâmetros de defesa da saúde, em parâmetros de cuidados da saúde, os quais sejam equiparados ou superiores aos parâmetros do regulamento sanitário, aprovado numa assembleia geral da Organização Mundial da Saúde, da qual o Brasil fez parte. O Brasil ratificou esse regulamento sanitário; o Brasil nunca fez ressalva a esse regulamento sanitário. Portanto, o Brasil está vinculado a cumprir essa norma, dentro da nossa territorialidade, eis que é uma regra que, se precisasse, quiçá, até, desnecessário fosse, à luz de um certo olhar da incidência desse modo do Direito Internacional operar, mas, em havendo esta exigência, o Brasil internalizou a norma por meio da ratificação, e não fez ressalvas a nenhum teor do regulamento sanitário. Portanto, o decreto do Poder Executivo se vincula a esses parâmetros, podendo seguramente elevar os patamares de proteção. E, além disso, também se vincula aos critérios que esse regulamento sanitário e a própria Organização Mundial da Saúde traduzem com base nas evidências científicas.

Verificamos que, embora os agentes políticos gozem de alguma discricionariedade no estabelecimento de políticas públicas, não é qualquer política pública que atende aos mandamentos constitucionais. Para que as disposições constitucionais sejam cumpridas e o direito à saúde de todos seja respeitado é necessário, no mínimo: i) que seja implementada uma política de saúde eficiente, ainda que esta não possa ser perfeita; ii) que a política implementada adote critérios técnicos e científicos na determinação de suas ações e não seja motivada por interesses de grupos políticos específicos, por exemplo; iii) que não sejam adotadas medidas sabidamente inúteis e que causem prejuízo ao erário; iv) que as ações do governo seja publicizadas e que sejam transmitidas aos cidadãos informações atualizadas e verdadeiras em atendimento ao princípio da publicidade; v) que os agentes de governo se abstenham de praticar ações potencialmente danosas à saúde e à vida dos cidadãos.

A competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atuar e editar normas na área da saúde, destaque-se, não autoriza a inércia da União e tampouco autoriza uma disputa política entre os entes federados em detrimento da saúde da população. Pelo contrário, a competência constitucional concorrente impõe a cooperação entre os entes da federação.



Sobre a necessidade de cooperação entre os entes da Federação e o potencial prejuízo decorrente da ausência desta cooperação, afirmou o Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, na já mencionada decisão monocrática na ADPF 162:

Em momentos de acentuada crise, o fortalecimento da união e a ampliação de cooperação entre os três poderes, no âmbito de todos os entes federativos, são instrumentos essenciais e imprescindíveis a serem utilizados pelas diversas lideranças em defesa do interesse público, sempre com o absoluto respeito aos mecanismos constitucionais de equilíbrio institucional e manutenção da harmonia e independência entre os poderes, que devem ser cada vez mais valorizados, evitando-se o exacerbamento de quaisquer personalismos prejudiciais à condução das políticas públicas essenciais ao combate da pandemia de Covid-19.

Lamentavelmente, contudo, na condução dessa crise sem precedentes recentes no Brasil e no Mundo, mesmo em assuntos técnicos essenciais e de tratamento uniforme em âmbito internacional, é fato notório a grave divergência de posicionamentos entre autoridades de níveis federativos diversos e, inclusive, entre autoridades federais componentes do mesmo nível de Governo, acarretando insegurança, intranquilidade e justificado receio em toda a sociedade.

O Presidente da República é a autoridade superior do Poder Executivo Federal, com competência para nomear e exonerar ministro de forma discricionária, exercendo poder hierárquico sob os demais órgãos e agentes da Administração Pública Federal. Com efeito, de acordo com o artigo 84, II da CFR 88, compete privativamente ao Presidente da República “exercer a direção superior da administração federal”.

Assim, cabia ao Presidente da República, com auxílio de seus Ministros e outros servidores e técnicos, estabelecer uma estratégia de enfrentamento da situação de calamidade e de proteção da saúde e da vida de todos. Era dever do ao Presidente também cooperar com Estados e Municípios no combate à crise sanitária. O Chefe do Executivo, contudo, agindo em sentido contrário à Constituição Federal, não implementou um plano estratégico preciso em âmbito federal e adotou postura de oposição às ações dos poderes regionais e locais.



Todavia, os denunciantes não pretendem responsabilizar o Presidente pela má qualidade das políticas por ele implementadas, embora sua má qualidade, insuficiência e ineficiência sejam inegáveis. O que se pretende, com efeito, é a **responsabilização do Presidente da República por ações específicas que contrariaram a Constituição e a lei**, na medida em que contribuíram para o agravamento da emergência sanitária e criaram riscos para a saúde e a vida da população, violando, desse modo, direitos fundamentais. Essas ações configuram crimes de responsabilidade tipificados na Lei nº 1.079/1950.

#### **IX – Os crimes de responsabilidade do Presidente da República sistematizados**

A Constituição Federal, em seu artigo 85, determina que os crimes de responsabilidade serão previstos em lei e estabelece que são classes de crimes de responsabilidade atos que atentem contra: i) a segurança nacional; ii) os direitos políticos individuais e sociais; iii) a probidade da Administração; iv) o cumprimento das leis.

As infrações político-administrativas tipificadas como crime de responsabilidade estão previstas na Lei nº 1.079/1950, que foi recepcionada pela Constituição de 1988.

Como vimos, o Presidente da República, ao proferir afirmações públicas minimizando os riscos da Covid-19, estimulando comportamentos de risco e disseminando informações falsas, sobretudo acerca da existência e eficácia de tratamento precoce para Covid-19, **praticou de forma consciente ações que colocaram em risco a saúde e a vida da população e prejudicaram a eficácia das políticas de contenção da pandemia promovidas pelo próprio Governo Federal e outras autoridades.**

O Presidente, ademais, **atuou para desautorizar a aquisição de vacinas e o programa de imunização nacional, chegando a afirmar que não compraria vacinas chinesas.** A atuação do Chefe do Executivo Federal gerou dúvidas na população sobre a eficácia dos imunizantes e **contribui diretamente para a demora na aquisição e**



**distribuição de vacinas pelo Governo brasileiro**, lesando, dessa forma, o direito à saúde de todos os brasileiros.

**Ao assim agir, o Presidente praticou, em diferentes situações, o crime de responsabilidade previsto no artigo 85, III, da Constituição da República e no artigo 7º, 9, da Lei nº 1.079/1950 que estabelece o seguinte:**

Art. 7º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:

9 - violar patentemente qualquer direito ou garantia individual constante do art. 141 e bem assim os direitos sociais assegurados no artigo 157 da Constituição.

**As falas do Presidente por nós destacadas, ademais, contêm mentiras e ofensas incompatíveis com a dignidade e o decoro do mais alto cargo da República, e, por esse motivo, configuram crime de responsabilidade, na forma dos artigos 85, V, da Constituição Federal e do 9º, 7, da Lei nº 1.079/1950, *in verbis*:**

Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

A não utilização de máscaras e promoção de aglomerações em contrariedade às orientações científicas e médicas expõem a risco os cidadãos presentes nesses eventos também são atendados contra a honra e decoro do cargo, configurando o crime de responsabilidade acima mencionado.

**Além disso, o não uso de máscara pelo Presidente da República e o estímulo a que outros também não utilizem a proteção configuram afrontas claras ao artigo 3º-A da Lei Federal nº 13.979/2020 e aos decretos regionais e locais que regulamentam o tema. As ações do Presidente, portanto, se enquadram no crime de responsabilidade previsto no artigo 85, VII, da Constituição de 1988 e no artigo 8º, 7, da Lei nº 1.079/1950, nos seguintes termos:**



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

Art. 8º São crimes contra a segurança interna do país:

(...)

7 - permitir, de forma expressa ou tácita, a infração de lei federal de ordem pública.

Por fim, ao determinar o aumento da produção de hidroxiclороquina pelo laboratório do Exército, contrariando as recomendações da Organização Mundial de Saúde, de seus próprios Ministros e outros especialistas e sabendo que o medicamento não tinha eficácia comprovada e que seu uso no tratamento de Covid-19 não era autorizado pela ANVISA, o Presidente da República desperdiçou recursos públicos que deveriam ser aplicados em medidas mais eficazes, gerando dano ao erário e praticando, de forma dolosa, ato improprio e violador do princípio da indisponibilidade do patrimônio público e do interesse público. **Ao emitir ordem contrária a dispositivos constitucionais expressos na Constituição, o Presidente praticou o crime de responsabilidade previsto no artigo 85, V, da Constituição Federal e no artigo 9º, 4, da Lei 1.079/1950**, assim tipificado:

Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

(...)

4 - expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição.

**A prática intencional e reiterada de crimes de responsabilidade** pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro torna necessária a ação do Poder Legislativo, que é o Poder competente para fiscalizar as ações do Poder Executivo e que deve atuar para proteger a integridade da nossa ordem constitucional, bem como para proteger a saúde e a vida da população.

Importante lembrar que a democracia não é apenas o regime em que os representantes são eleitos por meio do voto, é também o regime em que **prevalece o**



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

**império da lei** e em que os agentes que não respeitam as normas legais e as regras do jogo democrático devem, também na forma da lei ser responsabilizados.

Nesse sentido, destacamos as lapidares palavras do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Melo:

O sistema democrático e o modelo republicano não admitem, nem podem tolerar a existência de regimes de governo sem a correspondente noção de fiscalização e de responsabilidade.

Nenhum membro de qualquer instituição da República está acima da Constituição, nem pode pretender-se excluído da crítica social ou do alcance da fiscalização da coletividade. (STF, MS 24.458, Rel. Min. Celso de Melo)

**Nas 24 horas que antecederam a redação desta denúncia, em 20 de maio de 2021, de acordo com dados das Secretarias Estaduais de Saúde divulgados pela imprensa, foram reportadas 2.403 novas mortes de brasileiros por complicações decorrentes da Covid-19. No total, até agora, mais de 444 mil brasileiros perderam suas vidas e mais de 15,9 milhões de brasileiros foram confirmadamente infectados pelo novo coronavírus. É, desse modo, premente que o Brasil deixe de ser liderado por um Presidente que nega a gravidade da crise e, mais do que isso, contribui para o seu agravamento.**

Esta Câmara dos Deputados, por meio de seu Presidente e demais membros, é o único órgão que, em nossa ordem democrática, pode dar início a um processo político voltado para investigar e, eventualmente, sancionar atos ilícitos do Presidente da República. Assim como o Senado Federal é o único órgão que pode conduzir esse processo. Cabe ao Poder Legislativo, portanto, atuar em defesa dos brasileiros impedindo que a prática de atos ilícitos pelo Presidente da República se perpetue.

#### **X – Pedido**

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos narrados, **requerem os denunciantes a esta Câmara dos Deputados que seja autorizada a abertura de processo de**





**impeachment em face do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro pelos crimes de responsabilidade previstos nos artigos 85, II, III, V e VII da Constituição da República e tipificados no Artigo 7º, 9, artigo 9º, 4 e 7, e artigo 8º, 7, da Lei nº 1.079/1950.**

A presente denúncia segue instruída com as notícias jornalísticas, estudos científicos e demais documentos aqui mencionados. Para fins de apuração da prática pelo Presidente da República dos crimes de responsabilidade acima mencionados, os denunciantes indicam também as seguintes testemunhas dos fatos: i) Ministro da Defesa Sr. Fernando Azevedo e Silva; ii) Ex-Ministro da Saúde Dr. Luiz Henrique Mandetta; iii) Ex-Ministro da Saúde Dr. Nelson Luiz Sperle Teich, além de outras testemunhas que, ao alvitre das casas legislativas, possam esclarecer o efeito nefasto da conduta do denunciado na vida de milhões de brasileiros, na economia e no bem-estar da nação.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2021.

**AILTON KRENAK**

**JÚLIO LANCELLOTTI**

**CRISTINA SERRA**

**LIGIA BAHIA**

**CHICO CÉSAR**

**MARCELO GLEISER**

**FELIPE NETO**

**XUXA MENEGHEL**

**FABIO PORCHAT**

**RADUAN NASSAR**

**HERMES FERNANDES**

**VERONICA BRASIL**

**JULIA LEMMERTZ**

**VANDERSON ROCHA**

**WALTER CASAGRANDE**



VIDAS BRASILEIRAS  
[www.vidasbrasileiras.com](http://www.vidasbrasileiras.com)

**JÚLIA ALEXIM**  
**OAB/RJ 149.781**

**JOÃO PEDRO PÁDUA**  
**OAB/RJ 130.690**

**BRENO MELARAGNO COSTA**  
**OAB/RJ 91.220**